

ECONOMIA



RUBENS FROTA

ECONOMIA

Preço menor do diesel

A Petrobras reduziu, em R\$ 0,27 por litro, o preço médio de venda do diesel em suas refinarias. O movimento reflete a queda das cotações internacionais do petróleo desde o último ajuste, em outubro. O preço da gasolina não será alterado. Após o corte, o diesel caiu para R\$ 3,78 por litro nas refinarias da estatal. Considerando a mistura obrigatória de 12% de biodiesel ao produto vendido nos postos, a empresa estima uma redução de R\$ 0,24 por litro para o consumidor final. “O ajuste é resultado da análise dos fundamentos dos mercados externo e interno frente à estratégia comercial da Petrobras, implementada em maio de 2023 em substituição à política de preços anterior”, afirmou a empresa, em comunicado.

No ano, diz a estatal, a queda acumulada do preço do diesel em suas refinarias soma R\$ 0,71 por litro. O mercado já esperava corte no preço este mês, para reduzir os elevados prêmios que a empresa vinha tendo com a venda do combustível, que foi reajustado para cima em outubro. Nas últimas semanas, a Petrobras sofreu forte pressão do MME (Ministério de Minas e Energia). O corte no preço do diesel ajudará o Governo a minimizar o efeito inflacionário da retomada da cobrança de impostos federais sobre o combustível, a partir do primeiro dia de 2024. As alíquotas de PIS e Cofins sobre o diesel estão zeradas e voltam a ser cobradas no primeiro dia do próximo ano. Nada é de graça.

Dinheiro esquecido

O BC ainda tem R\$ 7,5 bi disponíveis para resgate. Cerca de 40,6 milhões de pessoas físicas e 3 milhões de pessoas jurídicas têm algum dinheiro esquecido em bancos ou instituições financeiras. A maior parte do dinheiro esquecido vem de bancos e consórcios. Já foram recuperados pela população R\$ 5,31 bilhões até outubro, o que beneficiou pouco mais de 16 milhões de pessoas físicas e quase 812 mil empresas. Mais da metade tem até R\$ 10 para receber.

Escape

As locadoras salvaram, mais uma vez, as vendas das montadoras, detendo 27% do total de carros vendidos neste ano, segundo a Anfavea, entidade que representa o setor. O percentual segue bem acima do nível de antes da pandemia (20% em 2019), ainda que não tenha conseguido repetir os 30% de 2022, quando o resultado foi turbinado por compras que estavam represadas pela falta de automóveis decorrente da crise de abastecimento de componentes eletrônicos.

Reforma tributária deve ser votada na semana que vem na Câmara

Entre os pontos que podem gerar debate ainda estão a prorrogação de incentivos fiscais para o setor automotivo no Nordeste, Norte e Centro-Oeste

FOTO AGÊNCIA SENADO

O texto da reforma tributária deverá ser votado na semana que vem na Câmara. O anúncio foi feito pelo relator do texto na Casa, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Ele disse que o presidente Arthur Lira já sinalizou para a votação da PEC 45/19 no Plenário e explicou que serão feitas sugestões de supressão de alguns dispositivos aprovados no Senado, mas que tudo será conversado com o presidente daquela Casa, senador Rodrigo Pacheco. “Tecnicamente, o que a gente vai ver é o que pode ser suprimido no texto sem que isso comprometa a reforma”, disse.

De acordo com o relator, entre alguns pontos que podem gerar debate em Plenário estão a prorrogação de incentivos fiscais para o setor automotivo no Nordeste, Norte e Centro-Oeste até 2032. A Câmara havia rejeitado, mas o Senado aprovou. Ele também citou mudanças no comitê de estados e municípios que gerirá o Imposto sobre Bens e Serviços. Os entes federativos ainda divergem sobre o peso de cada um na tomada de decisões dentro do grupo.

“O texto deveria ter sido mais debatido pelo aspecto técnico. Como o Senado propôs algumas alterações, o texto voltou para a Câmara. Há promessa de votação na próxima semana. O que nos preocupa é que há um clamor pela reforma, um interesse muito forte, então corre-se o risco de passar com um texto que não seja bom, que tenha inconsistências. Estamos debatendo há muito tempo a forte oneração do setor de



O relator é o deputado Aguinaldo Ribeiro, que disse que supressões serão negociadas com o Senado

serviços. As empresas do simples nacional também sofrerão, pois se tornarão menos competitivas. Lembrando que a reforma divide a sociedade e por isso não pode passar de qualquer jeito. Agora, vamos ver o que acontecerá e que tipo de alterações virão. Se aprovada, a transição começa só em janeiro de 2026”, destacou o diretor de assuntos legislativos da FENACON, Diogo Chamun.

A reforma tributária vai eliminar três impostos federais – IPI, PIS e Cofins – e criar a Contribuição sobre Bens e Serviços e o Imposto Seletivo. Também elimina o ICMS estadual e o ISS municipal e cria o IBS. IBS e CBS terão as mesmas regras e serão cobrados apenas no destino dos produtos, eliminando a incidência de imposto sobre imposto. O Senado ampliou a lista

Benefícios esperados

- 1 Fim da guerra fiscal:** A redução de impostos para atrair fábricas não se justifica mais, porque o imposto será cobrado no destino do bem ou serviço
- 2 Crescimento econômico:** O IBS e a CBS simplificam o sistema, eliminando custos para as empresas. A indústria é mais favorecida, porque pode ter mais créditos de tributos pagos por insumos
- 3 Desoneração das exportações:** Como o imposto só é cobrado no consumo, as vendas externas podem ser totalmente desoneradas. Por outro lado, as importações terão a mesma taxa de produto nacional
- 4 Segurança jurídica:** Cai a diferenciação entre produtos e serviços, evitando conflitos sobre qual alíquota deve ser aplicada sobre determinado consumo
- 5 Transparência:** Consumidor vai saber quanto está pagando de imposto em cada produto ou serviço.

Fonte: Agência Câmara dos Deputados

de setores que terão alíquotas diferenciadas de IBS e CBS e as isenções. Também elevou os repasses da União para o Fundo de Desenvolvimento Regional de, no máximo, R\$

40 bilhões por ano para R\$ 60 bilhões. Este fundo pretende compensar o fim da guerra fiscal entre os estados para atrair investimentos a partir de incentivos tributários.

Banco Central projeta regras para pagamentos internacionais

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse nessa quinta-feira (7) que a instituição vai atuar para a criação de regras para pagamentos internacionais, no contexto da presidência do Brasil no G20, grupo que reúne 20 das maiores economias do planeta. Segundo o gestor, a governança é o último grande problema que precisa ser resolvido para a conexão entre os sistemas. Já as questões tecnológicas e de liquidação já foram superadas.

“Uma das coisas que a

gente quer fazer no G20 é fazer uma taxonomia de pagamentos internacionais. Eu estou trabalhando com o presidente do Banco Central da Itália, Fabio Panetta, para a gente desenhar um conjunto de regras, que são as regras que vão ser aplicadas. Uma vez que a gente resolveu o problema de tecnologia e de liquidação, essa é a governança do pagamento internacional, os países que quiserem participar, têm que aderir mais ou menos a essas regras”, explicou ao dizer que cada país possui legisla-

ções e sistemas de tributação diferentes.

A presidência do Brasil no G20 começou a vigor no dia 1º de dezembro e terá duração de um ano, ou seja, até 30 de novembro de 2024. Esta é a primeira vez que o país ocupa a posição. O BC faz parte da trilha de finanças do G20, que trata de assuntos macroeconômicos e questões de financiamento. A outra trilha do G20 é a de política, mais ampla e onde se discutem políticas públicas.

Ao longo do período, o

Brasil vai organizar mais de 100 reuniões oficiais em várias cidades do país, que incluem cerca de 20 reuniões ministeriais, 50 reuniões de alto nível e eventos paralelos. O encontro principal será a 19ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo, que deverá ocorrer nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro. O presidente do BC fez palestra no Encontro Anual Drex 2023 e falou sobre o futuro digital do Sistema Financeiro Nacional, citando, inclusive o Drex, a moeda digital brasileira.

Vendas no Natal devem movimentar R\$ 74,6 bi

O Natal deve movimentar as ruas de todo o País, levando mais de 132,9 milhões de consumidores às compras, devendo injetar R\$ 74,6 bilhões na economia. Segundo a CNDL e SPC Brasil, entre os que não vão presentear, 27% dizem não ter dinheiro, 17% não gostam ou não têm o costume e 15% estão endividados e irão priorizar o pagamento de dívidas. Em média, os consumidores pretendem comprar 4 presentes no Natal para dar a terceiros e o ticket médio será de R\$ 138.

Golpe à vista

A desatenção nas compras neste fim de ano com o Natal pode abrir brechas para o acesso desnecessário a dados pessoais. Pesquisa da empresa de cibersegurança NordVPN mostra que mais de 25% das permissões para acessar funções de celulares pelos aplicativos na hora das compras não estão relacionadas ao seu desempenho principal. Um aplicativo de compras solicita, em média, mais de 18 permissões de dispositivo, incluindo localização, galeria de fotos e vídeos, ou dados biométricos, por exemplo.

Engodo

A região do Meireles vivenciou, no final da tarde de ontem, um engodo no trânsito. Carros enfileirados, buzinas, motores ligados, poluição a mil e um calor escaldante. Motoristas que avançavam e retornavam, numa estonteante tentativa de sair do caos em volta. Isso na região do Palácio da Abolição e Av. Dom Luís (sentido praia). E olha eu não era sexta-feira, quando, normalmente, todo fusquinha sai de suas garagens. Em tempos de gasolina com a bandeira 2 ligada nos postos, haja combustível!

Maquinetas de cartão na mira da Febraban



As empresas independentes de maquininhas de cartão Stone, Mercado Pago, PagSeguro e a carteira digital PicPay estão na mira da Febraban que, ontem, entrou com duas repre-

sentações no BC para pedir a investigação e sua punição. As denúncias da entidade sugerem práticas eventuais de operações irregulares e fictícias. Por meio dessas atividades, as companhias estariam cobrando juros dos consumidores de forma dissimulada.

*Coluna redigida pelo jornalista Nonato Almeida

Mais informações de Rubens Frota: e-mail: frotarubens@gmail.com

Vendas de carros no país devem crescer 8,8% em 2023, projeta Anfavea

Potencializadas pelo apoio do programa de desconto no carro zero, as vendas de carros devem crescer 8,8%. A projeção é da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Segundo o presidente da entidade, Márcio de Lima Leite, ao contrário do que aconteceu em 2022, neste

ano o setor não passou pelos problemas provocados pela falta de semicondutores.

Só em novembro, foram licenciadas 212,6 mil unidades, avanço de 4,2%. No acumulado de janeiro a novembro, o crescimento alcança 9,1%, com 2,06 milhões de veículos. Além disso, o comércio se bene-

ficiou do programa do governo realizado em maio deste ano e que ofereceu incentivos fiscais para permitir descontos na linha de automóveis mais baratos.

Ainda segundo ele, o ritmo em dezembro segue intenso, com médias diárias de emplacamentos em torno de 14,5 mil unidades, acima das médias dos me-

ses anteriores, que ficaram em torno de 10 mil. Mas a venda direta, para locadoras, principalmente, absorve grande parte das vendas, com participação de 48% este ano. Além disso, a eletrificação também segue avançando. A venda de carros híbridos e elétricos deverá crescer este ano 80%, com 89 mil unidades.